

ATA DA 002ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 08 DE FEVEREIRO DE 2012
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO NEODI SARETTA - Aborda projeto de lei, de sua autoria, acerca de projetos de lei de iniciativa popular; refere-se ao laboratório de leite de Concórdia; comenta indicação, de sua autoria, sobre a Procuradoria Seccional da União no município de Joaçaba.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (aparte) - Reporta-se ao laboratório de leite de Concórdia.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Comenta a abertura do Hospital Universitário de Blumenau; refere-se ao projeto de prolongamento da via expressa em Blumenau.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (aparte) - Registra a importância do prolongamento da via expressa em Blumenau.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Reporta-se à estiagem catarinense.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Aborda as sérias dificuldades em legislar.

Partidos Políticos

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Reporta-se às dificuldades de legislar.

DEPUTADO EDISON ANDRINO - Pronuncia-se a respeito das próximas eleições municipais.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Defende os bombeiros voluntários.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Reporta-se à campanha Adoção, Laços de Amor.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Dia da necessidade de uma regulamentação para os *sites* de vendas coletivas.

Explicação Pessoal

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Aborda a necessidade de planejamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, gostaríamos de abordar alguns assuntos nesta tarde na Assembleia.

O primeiro deles é com relação a um projeto de lei que demos entrada nesta Casa, deputada Angela Albino, para reforçar e facilitar a participação popular na iniciativa do projeto de lei.

Hoje já temos, através de dispositivo constitucional, especialmente no art. 50 da nossa Constituição Estadual, a possibilidade de a população catarinense, vencidos os requisitos, ou seja, 1% das assinaturas dos eleitores catarinenses, protocolar projetos de lei. Exemplo de projeto de lei de iniciativa popular é o que criou o salário mínimo estadual, o Piso Estadual de Salários. Inclusive já tramita nesta Casa projeto de lei para reajustar o seu valor.

Historicamente, poucos projetos de lei de iniciativa popular têm sido protocolados, pela dificuldade, até pela prática de operacionalizar, de buscar as assinaturas e de formalizar esse projeto.

Há alguns dias esteve aqui o governador do estado que disse na sua mensagem a esta Assembleia:

(Passa a ler.)

"No admirável surpreendente mundo novo da *internet*, a realidade da comunicação social em Santa Catarina certamente está bem à frente em relação ao Brasil como um todo [...]"

E assim fala ele sobre a questão da *internet*, da era digital. Por isso, estamos propondo esse projeto de lei no sentido de que as subscrições das proposições possam ser feitas também por meio eletrônico de modo a permitir a certificação da autenticidade da assinatura digital, ou seja, a partir da aprovação desse projeto de lei, os eleitores catarinenses que desejarem formalizar um projeto de iniciativa popular poderão inclusive fazer essas assinaturas por meio digital, através de um *link* que seria mantido por esta Casa. Assim está previsto nesse projeto de lei, e nos dá a possibilidade, inclusive, da verificação e da conferência junto à Justiça Eleitoral da situação do eleitor.

Portanto, esse projeto que julgo importante traz um fortalecimento do mecanismo de

participação da sociedade catarinense. E ainda criamos outro dispositivo que vale não somente para os projetos assinados de forma digital eletrônica, mas também para aqueles feitos da forma tradicional, no papel. E o projeto de iniciativa popular, se obtiver o dobro das assinaturas mínimas exigidas na Constituição do Estado para a sua tramitação, tramitaria nesta Casa em regime de urgência.

Portanto, trata-se de um projeto importante para fortalecer a democracia participativa, para o qual pedimos o apoio dos srs. deputados e das sras. deputadas.

Outro assunto que gostaríamos de abordar é a indicação que apresentamos. Estivemos, antes do início da sessão, conversando com o deputado Moacir Sopelsa, que é um deputado de Concórdia, onde foi também prefeito. Estamos fazendo uma manifestação dirigida ao governador e ao presidente da Cidasc e deveremos também manter contato com o ministério da Agricultura a respeito de um laboratório de leite, hoje mantido na cidade de Concórdia através de convênio com a nossa universidade do Contestado.

Se não me falha a memória, deputado Moacir Sopelsa, v.exa. era secretário da Agricultura quando foi instalado esse laboratório. Já vem funcionando desde 2005 em função até de que Concórdia é uma grande bacia leiteira e tem dado resultados importantes. Inclusive, do ponto de vista do faturamento, pelos dados publicados na imprensa, esse laboratório tem um faturamento mensal de cerca de R\$ 120 mil, sendo que uma parte disso fica com a universidade do Contestado e a outra parte vai para a Cidasc.

Fomos, inclusive, surpreendidos com a notícia de que esse laboratório poderia ser levado para outra cidade. Não somos contrários a que outras cidades tenham laboratório, mas seria uma perda enorme para Concórdia e região. Então, estamos apelando pela sua manutenção. Assim, apresentamos essa indicação que v.exa. subscreve conosco.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Pois não! Concedo-lhe um aparte para que fique consignada aqui a sua manifestação.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Muito obrigado, deputado Neodi Saretta.

O assunto que v.exa. traz à tribuna desta Casa é de muita importância. De fato o laboratório de leite não foi instalado lá na época porque era a terra do secretário da Agricultura ou porque ele residia na cidade, mas porque Concórdia e região apresentam *status* para ter laboratório de leite, pois sem dúvida possui a maior concentração de produção de leite do estado de Santa Catarina.

Vejo isso com muita tristeza, porque não podemos de forma alguma admitir que o laboratório de leite da cidade Concórdia, daquela região seja fechado, uma vez que existe um convênio da Cidasc com a nossa universidade, a UnC. As duas são parceiras no trabalho desse laboratório.

Quero pedir a v.exa. para subscrever a sua indicação para ser parceiro nessa defesa. E gostaria de dizer que a Cidasc deve uma explicação a Concórdia, primeiramente do porquê de o laboratório perder a credencial. Deve ser dada a devida explicação para a população da região de Concórdia.

Quero cumprimentá-lo pela sua posição e dizer que terá a posição favorável deste deputado no sentido de buscar todas as informações necessárias para manter esse laboratório de leite funcionando na região.

Muito obrigado, deputado Neodi Saretta!

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Muito obrigado, deputado Moacir Sopelsa. Isso realmente mostra a importância que tem esse assunto.

Vemos a importância que o laboratório de leite tem para a região de Concórdia, para a região da Amauc pela quantidade de análises que lá são feitas. Portanto, esperamos que haja um posicionamento no sentido da manutenção desse laboratório.

Quero também, ainda dentro deste espaço, já que estamos falando de manutenção, de ordens, fazer uma indicação ao procurador-chefe da União

em Santa Catarina, solicitando a manutenção da Procuradoria Seccional da União no município de Joaçaba, porque nos chega a notícia de que poderia eventualmente ser fechada.

Nós entendemos o contrário, ou seja, que os nossos municípios do oeste e do meio-oeste precisam ser fortalecidos com esses órgãos, com esses serviços que são necessários para atender mais de perto a população. Por isso, fizemos essa manifestação ao procurador-chefe da União em Santa Catarina, e esperamos que possa ser garantida a manutenção da seccional da União no município de Joaçaba, já que movimenta em média 2.400 processos por mês e atende uma demanda de municípios na região num raio de aproximadamente 150km. Isso seria uma perda muito grande, realmente. Então, estamos apelando para essa manutenção.

Portanto, sr. presidente e srs. deputados, em função do término do tempo, eram esses os assuntos que tínhamos para abordar nesta tribuna.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Jean Kuhlmann, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, quero cumprimentar todos que nos acompanham no plenário e também aqueles que nos assistem pela TVAL.

Quero, inicialmente, já que é o primeiro pronunciamento que faço este ano da tribuna, desejar a todos um excelente trabalho e que possamos ter um ano exitoso no sentido de ajudar os catarinenses, as pessoas que mais precisam que, com certeza, são as mais humildes, carentes no estado e que necessitam do poder público para ter os seus direitos, com certeza, atendidos. Esse tem que ser o nosso objetivo, como parlamentares, ou seja, trabalhar pela comunidade, trabalhar por aqueles que mais precisam do poder público.

Neste sentido quero, primeiramente, registrar a minha alegria, porque este ano começou de forma muito positiva. O Hospital Universitário de Blumenau está abrindo as suas portas graças a um

convênio celebrado entre a Furb e o governo do estado no valor de mais de R\$ 1 bilhão. Isso permitiu que o hospital abrisse as suas portas para atender a comunidade blumenauense e fazer mutirões, enfim, fazer um trabalho de saúde muito importante para todos nós, para Blumenau e para as pessoas que mais precisam da saúde e do poder público.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Quero parabenizá-lo por essa ação importante. Quero testemunhar que no sábado estive na formatura dos engenheiros elétricos, juntamente com a vice-reitora Griseldes, e foi citado o seu nome pela sua ação junto a Furb. V.Exa. sabe que era a universidade onde meu filho estudava. Por isso temos garra e determinação e um apreço especial pela Furb de Blumenau.

Parabéns, deputado Jean Kuhlmann.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Eu agradeço, deputado Antônio Aguiar. E v.exa. sabe o quanto a Furb, o curso de medicina e os profissionais desta universidade são comprometidos não apenas com a cidade de Blumenau, mas com toda a região, e o quanto essa estrutura é importante para ajudar a saúde como um todo.

Algumas pessoas entendiam que o Hospital Universitário iria concorrer com outros hospitais, e não é verdade, o Hospital Universitário pode fazer um papel muito importante na questão de traumatologia, de prótese, enfim, em vários aspectos da medicina da região, e pode ter a sua atividade complementada por outros hospitais.

O importante é que o governador Raimundo Colombo está ajudando a saúde da região como um todo. Ele está ajudando, por exemplo, o Hospital Santa Isabel com 29 novos leitos de UTI. São mais de R\$ 3 milhões investidos pelo governo do estado, permitindo que o Hospital Santa Isabel possa continuar sendo referência na questão de transplante, ajudando o Hospital Santo Antônio que faz o papel de hospital regional, ajudando até o

hospital da Vila Itoupava, que é um hospital menor, mas que se está projetando para atender toda a demanda da região norte, construindo novos 60 leitos para atender a comunidade. E o governo do estado tem um compromisso de cerca de R\$ 2 milhões também com esse hospital, atendendo a saúde dos blumenauenses e da população da região.

Esse é o papel do governo do estado. E o governador faz isso com muita frequência. Prova disso é que na próxima quinta-feira ele estará presente em Blumenau prestigiando a posse da nova diretoria do CDL. E nessa posse ele irá trazer, srs. deputados, um presente para Blumenau e região. Ele irá assinar a ordem de serviço do projeto de uma nova rodovia estadual, que não é nada mais, nada menos do que o projeto do prolongamento da via expressa.

Se o deputado Antônio Aguiar entrou por Blumenau, viu o quanto essa via expressa é importante. E levando-se a via expressa para o planalto norte, para Massaranduba e região, construindo-se a nova SC-108, permitir-se-á o desenvolvimento da região norte, pois o trânsito vai fluir e assim, automaticamente, vai gerar desenvolvimento e conseqüentemente qualidade de vida para toda região.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Deputado, essa é uma das mais alvissareiras notícias na área do planejamento urbano para Blumenau. Nós que residimos em Blumenau sabemos do desafio da região norte quanto a essa nova rodovia - e acredito que são 18km - porque vai possibilitar o escoamento de todo o trânsito para a região norte. É um sonho de planejamento de muito tempo.

Tenho dito e quero reafirmar nesta tarde que sem planejamento não teremos futuro. É com trabalho, com planejamento que daremos resposta às demandas da sociedade.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - É verdade, deputado. Somente através de um planejamento, de um crescimento organizado vamos garantir que

Blumenau continue sendo a melhor cidade do estado para se viver. Não é a toa que a Firjan- Federação das Indústrias do Rio de Janeiro - considerou que Blumenau nos últimos anos passou da posição de 11ª no estado para 1ª cidade no estado em termos de qualidade de vida. E esse planejamento, essa organização se dá através, por exemplo, desse projeto que o governador vai assinar da nova SC-108, desse prolongamento da via expressa até o pé da Vila Itoupava, e são exatamente 19,5km.

O projeto irá custar para o governo do estado em torno de R\$ 1,7 milhão e deve ficar pronto em 12 meses. E a sua execução irá permitir um grande avanço que é a inclusão dessa obra no BID VI, uma obra que acredito que com toda a questão de infraestrutura e de desapropriações, deve chegar a algo em torno de R\$ 80 milhões. É uma grande obra, muito importante para o futuro da cidade, para o desenvolvimento daquela região.

Se quisermos que haja qualidade de vida na região sul, por exemplo, no Garcia, temos que fazer com que algumas novas empresas se instalem na região norte, permitindo que haja uma reurbanização e uma reorganização da região sul, fazendo com que a cidade possa crescer de forma igual por todos os seus lados.

E não é somente essa questão da SC-108, mas também o complexo da Ponte do Badenfurt, que é importante. A prefeitura buscou recursos no BNDES para executar o complexo daquela ponte, mas o governador Raimundo Colombo teve um papel fundamental, pois aquele recurso que não podia ser buscado no BNDES, destinado às desapropriações, no momento certo, na hora mais importante, ele garantiu e aportou para a prefeitura, no valor de R\$ 5 milhões, os quais foram fundamentais para garantir todas as desapropriações necessárias, a fim de que a prefeitura pudesse dar continuidade ao projeto do complexo da Ponte do Badenfurt.

Ou seja, é esse planejamento com relação à questão do complexo da Ponte do Badenfurt, do prolongamento da via expressa e questões como, por exemplo, dos corredores de ônibus, deputado Ismael dos Santos, que estão dando uma mobilidade urbana

muito grande para a cidade, dando mostras de que realmente é possível, sim, haver uma reorganização urbana, permitindo aos ônibus, aos veículos andar de forma compartilhada, beneficiando o trabalhador que precisa do transporte coletivo.

São essas ações com planejamento em longo prazo que dão um resultado efetivo, porque não é um planejamento de um dia, de um ano, de cinco anos ou dez anos que vai garantir o futuro da cidade e, sim, um planejamento de 50 a 100 anos, permitindo à cidade um crescimento de forma organizada; um crescimento de uma forma bem direcionada, garantindo, assim, qualidade de vida.

Talvez esse tenha sido o grande segredo do prefeito João Paulo Kleinübing; talvez o grande segredo de Blumenau tenha sido, nos últimos anos, continuar uma gestão de buscar o desenvolvimento em longo prazo, o que permitiu realmente que a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro fizesse com que Blumenau fosse considerada de 11ª cidade em qualidade de vida para a primeira, em Santa Catarina.

Espero que agora o governador Raimundo Colombo possa abraçar esse desafio. Inclusive fiz um pedido pessoalmente a ele, que marcasse uma audiência com a presidente Dilma Rousseff, para que pudesse assumir e reafirmar o seu compromisso com a BR-470. Faz mais de um ano que a presidente esteve em Blumenau assumindo esse compromisso. Então, entendemos que o DNIT não está falando a verdade para ela.

Assim sendo, quero pedir o apoio dos deputados do PT, porque a presidente Dilma Rousseff assumiu esse compromisso e acredito que ela vai reafirmar esse compromisso e cumpri-lo. E o DNIT de Santa Catarina não pode mais ficar enganando a presidente do jeito que está fazendo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, em minha primeira manifestação na volta a este Parlamento, gostaria, inicialmente, de desejar a todos os parlamentares desta Casa um bom trabalho e que possamos, através de nossas ações, fazer com que o Parlamento catarinense não somente exerça a sua função como de fato corresponda e responda aos anseios da população catarinense no que diz respeito, é claro, às questões voltadas ao Parlamento.

Gostaria, primeiramente, em poucas palavras, de trazer presente que muitos dos municípios do extremo oeste, do oeste e alguns do meio-oeste estão vivenciando uma estiagem, pela qual estamos passando durante, se não me falha a memória, os últimos sete anos; essa estiagem dolorida que amargamos.

É claro que percebemos que a cada ano vem-se intensificando e vai, sem dúvida alguma, além de consequências drásticas, desafiando-nos a buscar alternativas e soluções que não sejam paliativas, mas que possam atacar algumas das causas que vêm originando a estiagem no estado de Santa Catarina.

Segundo estudos feitos e que foram divulgados, o nosso estado, além de outras intempéries, vai ter que conviver, a cada ano, com a estiagem. Não que não tenha chovido o suficiente, como tem sido relatado da tribuna. Sabemos que o volume de água provido das chuvas em nosso estado é até mais do que suficiente, mas a sua distribuição é que não acontece de acordo com as principais necessidades da nossa população, de maneira muito especial no que diz respeito à agricultura familiar no interior de nossos municípios. É claro que isso afeta diretamente, por consequência, o homem, a família que está na cidade. Então, a distribuição da água da chuva é que compromete alguns períodos ao longo do ano, sendo que quase sempre esses são os períodos que mais necessitamos dela.

É preciso que sejam buscadas alternativas para enfrentarmos esse período de seca, para que pelo menos algumas situações e conjunturas locais possam ter alternativas para o enfrentamento da

escassez da água. Têm-se levantado questões de cisternas que me parecem ser importantíssimas estratégicas para o resguardo da própria água e para servir para as necessidades do dia a dia das famílias. Uma alternativa importante para qualquer tipo de projeto de construção é a exigência, por consequência, já na apresentação do projeto, da construção da própria cisterna para guardar e acumular as águas da chuva.

No ano passado, fizemos o encaminhamento ao governo do estado de que dos 6.75% da arrecadação dos impostos que as hidroelétricas recolhem aos cofres do governo federal, do governo do estado, 0.75% desse percentual seja repassado para o ministério do Meio Ambiente e dos demais 6% sejam destinados 45% para os municípios atingidos e 45% para os cofres do governo.

A nossa ideia é que o governo do estado possa utilizar parte desse recurso oriundo das taxas que são cobradas das hidroelétricas ou o que elas repassam para os cofres do governo possam ir para o fundo da Defesa Civil, exatamente no sentido de prevenção das catástrofes que acontecem, que são as mais diferentes em nosso estado.

Vamos retomar isso como um dos aspectos importantes neste momento, para que possamos avançar e quem sabe termos uma reserva bem maior de recursos que podem prevenir muitas dessas situações de estiagem que os nossos municípios vivem ou de outras catástrofes que porventura possam acontecer nas diferentes regiões do estado de Santa Catarina.

Pretendemos trabalhar em cima dessa hipótese que me parece uma alternativa importante no sentido de termos mais recursos para investimento e para prevenir as diferentes catástrofes que possam acontecer.

A segunda questão que quero trazer rapidamente, neste um minuto e meio que me sobra, diz respeito a um projeto de minha autoria que votaremos na Ordem do Dia, que já foi aprovado por todas as comissões em 2011, que está pronto para ser votado, o qual trata da questão dos passes dos

estudantes que frequentam as escolas do ensino fundamental, do ensino médio ou das universidades.

Até o presente momento, o decreto que tem regulamentado a matéria exige do estudante que apresente o atestado de pagamento da mensalidade. Nós estamos mudando isso, pois entendemos que basta aos estudantes das escolas particulares, das universidades particulares, apresentarem o atestado de frequência e não o boleto de pagamento da mensalidade, tendo em vista que muitos dos nossos estudantes, por "n" motivos e pelas inúmeras dificuldades que encontram, atrasam o pagamento e são impedidos de adquirir o passe para poder frequentar a própria universidade ou a escola particular.

Então, como todas as comissões acataram, gostaria de pedir, mais uma vez, o respaldo do nosso Parlamento, para que possamos premiar os estudantes do estado...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Solicito ao deputado Antônio Aguiar que me substitua na Presidência, para que eu possa utilizar a tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o eminente deputado Nilson Gonçalves, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, srs. deputados, nós, deputados, já enfrentamos sérias dificuldades para elaborarmos leis nesta Casa por conta da limitação que temos. Não podemos elaborar leis que entrem na esfera municipal; não podemos elaborar leis que interfiram na esfera federal; não podemos elaborar leis que devem ser de iniciativa do Poder Executivo. Portanto, temos sérias dificuldades em legislar e tornar a vida do cidadão mais fácil através dos mecanismos que temos em mãos, que são a elaboração de leis.

Mesmo assim conseguimos, com a nossa equipe de trabalho, não somente este deputado como os demais

deputados, encontrar uma forma de facilitar, de melhorar e de proteger a vida do cidadão.

Srs. deputados, dei entrada a esta Casa ao Projeto de Lei n. 0367/2011, que aqui foi aprovado, que estabelece mensagens educativas sobre o uso indevido de drogas em *shows*, em eventos culturais e esportivos voltados para o público infanto-juvenil nos respectivos ingressos. O que eu queria com isso? Preservar os jovens ainda na tenra idade, procurando, com esses anúncios, com esses avisos em *shows* para essa faixa etária, conscientizar essas crianças recebendo uma informação adicional daquilo que já recebem em relação a essa praga que prolifera pelo mundo afora, que é a droga.

No art. 1º do projeto de minha autoria está o seguinte:

(Passa a ler.)

"Os promotores de *shows*, eventos culturais e esportivos voltados para o público infanto-juvenil deverão inserir no decorrer do espetáculo, assim como nos respectivos ingressos, mensagens educativas sobre os malefícios da droga e informações sobre as penalidades aplicáveis aos traficantes e também aos possíveis usuários".

Como homens públicos, a nossa obrigação é estabelecer esses critérios, até para proteger as nossas crianças. Entendemos que nem precisamos dizer quais foram as justificativas. Hoje, lutar contra a droga é uma missão de todos nós. Eu não vou nem detalhar a justificativa que dei para dar entrada a esta Casa a esse projeto. Ele entrou nesta Casa e foi encaminhado às comissões pertinentes, começando pela comissão de Constituição e Justiça, onde recebeu parecer favorável, sendo aprovado por unanimidade. Depois foi para a comissão de Educação, onde o relator o aprovou, sendo aprovado também por unanimidade naquela comissão, e, por fim, foi para a comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, onde o relatou aprovou, sendo, da mesma forma, aprovado por unanimidade.

Enfim, todas as comissões pertinentes aprovaram por unanimidade esse projeto, sendo aprovado, também, por unanimidade neste plenário.

O que entendo com isso? Em primeiro lugar, qual a principal comissão desta Casa? É a comissão de Constituição e Justiça. Qual é a sua função? É analisar o projeto, verificar se há alguma inconstitucionalidade, se ele procede, se é legal, pois se houver algum problema, não passará. Então, naquela comissão ele é analisado, inclusive, tecnicamente, para ver se bate de frente com a Constituição estadual, municipal, federal e com outros detalhes. Depois foi aprovado pela comissão técnica, foi aprovado pelo relator, que deu o seu parecer favorável, e aprovado por unanimidade pela comissão.

Desta forma, acredito que o projeto era legal. No meu modo de entender, o projeto era legal.

Muito bem! Aprovou-se nesta Casa e remeteu-se o projeto para o governador sancioná-lo. Isso é de praxe, é normal.

Quando o projeto chegou lá foi analisado pelo procurador-geral do estado, dr. João dos Passos Martins Neto, que fez uma análise e optou por vetar o projeto e encaminhá-lo para o governador com a recomendação de veto do projeto. Por quê? Segundo consta aqui no seu despacho, ele diz:

(Passa a ler.)

[...]

"Sob a perspectiva procedimental, há invasão de competência legislativa reservada à União. [...] compete à lei federal regular as diversões e espetáculos públicos. No caso, a norma aprovada pela Assembléia Legislativa indiscutivelmente se subsume ao conceito de regulação de diversões e espetáculos públicos [...]."

Mais adiante ele diz no seu parecer:

"[...] a norma viola os seguintes preceitos da Constituição do Brasil: a) o princípio da razoabilidade das leis, expresso na cláusula [...]" - e aí vem uma porção de questões técnicas -; "b) O princípio de igualdade [...], porquanto cria obrigação que, no amplo universo de agentes e modalidades da indústria do entretenimento, onera

apenas o segmento profissional ou empresarial dos 'promotores de shows e eventos culturais e esportivos' [...]".[sic]

Querendo dizer com isso que não procede porque estamos onerando um segmento empresarial.

Esses shows não visam lucro e não podem colocar dentro da sua planilha de custos mais essa pequena palavra, essa pequena frase, essa pequena orientação dentro dos seus espetáculos?

Eu, sinceramente, respeito, mas não concordo com o dr. João dos Passos Martins Neto, até porque está havendo um conflito jurídico de casas diferentes. A parte jurídica da Assembleia Legislativa, os técnicos jurídicos da Casa, acham que está tudo bem e a procuradoria jurídica do estado acha que não. Dá para atender uma coisa dessas?!

E lá vem o projeto para nós abençoarmos aqui aquilo que disseram lá. Vem para o plenário e nós vamos ter que votar.

De antemão, eu vou pedir aos colegas que me ajudem a derrubar esse veto, porque não é possível! O que vamos fazer aqui? Um projeto para entidade e ficar somente falando?

Deputado Ismael dos Santos, vamos conversar sobre esse tema depois, até porque v.exa. é um profundo conhecedor do assunto!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Nilson Gonçalves.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PCdoB.

(Pausa)

Na ausência da representante do PCdoB, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Nilson Gonçalves, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, o horário foi bastante oportuno, até para dar sequência à conversa sobre essa questão do projeto, e que ficou mal acabada.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Pois não! Concedo a palavra ao meu amigo e companheiro, deputado Ismael dos Santos.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Deputado Nilson Gonçalves, como membro da comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher, nós queremos dizer que acompanhamos de perto esse seu projeto e, inclusive, tivemos a satisfação de ser o relator naquela comissão. E também como membro da Frente Parlamentar de Combate às Drogas devo dizer que o projeto tem todos os méritos e os aplausos desta Casa.

É lamentável que esse parecer tenha ficado de forma muito limitada e restrita na questão jurídica, deixando de lado toda a proposta e o mérito que ele tem.

Eu não vejo outro caminho, deputado Nilson Gonçalves, senão de fato derrubarmos o veto oposto a essa matéria para que de fato a sua proposta elogiável torne-se lei no estado de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Muito obrigado, deputado Ismael dos Santos.

É engraçado, pois um dos aspectos que o procurador inseriu na sua explanação para vetar o projeto fala da invasão de competência legislativa reservada à união.

(Passa a ler.)

"[...]Com efeito, segundo o art. 220, § 3º, inc. I, da Constituição do Brasil, compete à lei federal regular as diversões e espetáculos públicos.[...]"[sic]

Eu não estou regulando nada! Eu apenas quero inserir uma orientação que nem precisaria, pois os empresários, por si só, já deveriam tomar essa iniciativa. Não precisava nem de lei, mas como não tomam, nós tomamos a iniciativa de fazer uma lei que faça com que eles se conscientizem da necessidade.

Nós vamos, oportunamente, conversar sobre isso e novamente eu vou bater na tecla. Nós precisamos

ter esse dispositivo legal para que os empresários catarinenses, pelo menos em Santa Catarina, possam inserir nos seus espetáculos a orientação aos nossos adolescentes ou pré-adolescentes, e salvar o que ainda se pode salvar, porque a droga está tomando conta e acabando com toda uma geração. E o que temos que fazer é preservar pelo menos aqueles que ainda não estão contaminados por essa praga, que é a droga, essa que é a verdade!

Eu me remeto a outra questão. Outro projeto de lei de minha autoria deverá entrar no plenário no dia hoje. Espero também que, após ter sido aprovado aqui e ido para lá, eles não achem algum questionamento para vetar o meu projeto. É uma mão-de-obra para se fazer um projeto, estudar, elaborar, conversar, escrever, pensar. Depois vai para "n" comissões para ser aprovado para depois chegar lá e um procurador olhar e dizer: Isso aqui não está bom! Volta! Não quero"!

O Projeto de Lei n. 443 regula a venda de produtos e serviços através de *telemarketing* no estado de Santa Catarina.

Eu vou dar apenas uma pincelada bem rápida nele aqui. Ele trata da propaganda de venda, daquela invasão diária que se tem no seu computador, no seu *smartphone*.

Com a finalidade de operacionalizar e controlar a funcionalidade da lei, nós temos esse instrumento.

(Passa a ler.)

"Parágrafo único. Para efeitos desta Lei considera-se vendas de produtos e serviços todas as abrangidas pelo Código de Defesa do Consumidor [...]."

O art. 3º diz assim:

"Art. 3º. Os cidadãos residentes em Santa Catarina, que não desejarem receber ligações de vendas através do serviço de *telemarketing*, deverão cadastrar-se via *internet* em *site* a ser divulgado pelo Poder Executivo por intermédio do serviço de proteção ao consumidor."[sic]

A ideia é criar um cadastro em que a pessoa que não quer ser incomodada a toda hora com alguém telefonando querendo vender-lhe alguma coisa entre

nesse cadastro e forme praticamente um bloqueio contra essa invasão.

É um projeto interessante que já foi aprovado pela comissão de Constituição e Justiça também por unanimidade, e espero vê-lo aprovado aqui no plenário. Vou ficar fazendo figa e torcendo para que nenhum procurador do Poder Executivo encontre alguma forma de vetar o meu projeto. Porque se existe uma coisa que frustra o trabalho de um deputado é depois de ele vencer todas as etapas na Casa, quando pensa que está tudo resolvido e o projeto aprovado, faltando apenas a sanção do governador, chega alguém lá, mete um carimbo de veto e o projeto volta para a Assembleia Legislativa. Isto é frustrante! Vamos torcer para que pelo menos esse projeto eu possa ver aprovado na Casa no dia de hoje.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Nilson Gonçalves.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Edison Andrino, por até 17 minutos.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente e nobres srs. deputados, primeiro, eu gostaria de trazer um abraço a todos os parlamentares pelo início do nosso ano de trabalho na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, desejando sucesso a todos, que seja um ano proveitoso para esta Casa e para Santa Catarina, e que todos aqueles que vão disputar a eleição tenham êxito, principalmente aqueles da nossa coligação. E aí eu me efetivo definitivamente na Assembleia Legislativa.

Mas, sr. presidente, o assunto que eu gostaria de abordar na tarde de hoje diz respeito exatamente à eleição municipal de Florianópolis.

Em 1985, deputado Darci de Matos, quando se abriu o processo eleitoral para as capitais do Brasil, porque os nossos prefeitos eram nomeados, assim como os governadores, os prefeitos de regiões de segurança nacional, lá no extremo oeste

de Santa Catarina, nós resolvemos inovar aqui em Florianópolis. Deputado Moacir Sopelsa, nós tínhamos dois candidatos que disputavam a vaga de prefeito: o deputado federal Nelson Wedekin e eu, que também pleiteava naquele momento uma vaga para prefeito. E foi feita uma prévia, pusemos sete mil filiados para votar na capital dos catarinenses e eu ganhei de Nelson Wedekin por 500 votos.

Quando acabou a prévia, praticamente metade da campanha estava pronta. E discutimos muito os problemas de Florianópolis durante as prévias, inclusive com debates em televisão aberta, porque como era a primeira eleição de prefeito para a capital, os meios de comunicação permitiram debates em televisão.

E os dois candidatos do PMDB discutiram profundamente os grandes problemas da capital dos catarinenses. E quando chegou a eleição praticamente estava pronta não somente a campanha como também o programa para administrar a cidade de Florianópolis.

Dizemos isso, sr. presidente, porque o que notamos, hoje, na eleição de Florianópolis - e vou fazer referência a todos os partidos e aos candidatos colocados na ordem do dia -, é que se discute muito com quem coliga, quem sai na frente, quem sai de vice, mas não se discute os problemas de Florianópolis. Eu não ouvi uma discussão e uma proposta sobre os grandes problemas desta cidade e a região metropolitana. Cresceram muito os problemas da região da Grande Florianópolis e hoje não se pode mais discutir um programa de governo para a capital sem discutir a questão da região metropolitana.

O PMDB, sr. presidente, não tem somente um candidato. Este partido, que foi o grande responsável pela redemocratização deste país, não pode botar um candidato goela abaixo: "Tem que ser este"! Não! Quem escolhe os candidatos são os diretórios municipais. E o PMDB tem várias alternativas. Ele não tem um candidato apenas. De repente pode ser Gean Loureiro, mas não é somente ele que está pretendendo ser candidato na capital dos catarinenses. Há também o secretário da Susp e

presidente do Ipuf, o engenheiro José Carlos Rauen; assim como também há Vinícius Lummertz, que foi secretário de Relações Internacionais do governo Pedro Ivo, é o atual secretário de Turismo da prefeitura e está inovando com o belo Carnaval que está fazendo. Inclusive, ele foi também presidente do Sebrae de Santa Catarina. Então, temos grandes alternativas.

Hoje, sr. presidente, eu fui surpreendido - porque quem não queria que essa discussão de várias alternativas de candidatos fosse levada para rua dizia: "Não adianta conversar sobre outros candidatos; o PMDB já tem um candidato; está decidido; é Gean Loureiro" - com a notícia de que o próprio presidente do partido procurou Vinícius Lummertz e José Carlos Rauen para dizer que eles também estavam colocados na pauta para ver qual era a melhor alternativa para ganhar a eleição de Florianópolis. Isso para mim foi um fato muito positivo porque essa iniciativa partiu do presidente do Diretório Municipal de Florianópolis, o vereador Celso Sandrini, e não partiu do deputado Edison Andrino. Ele procurou outras candidaturas? Não! Gean Loureiro está colocado na ordem do dia, mas se não decolar nas pesquisas, quem sabe aproveitamos e fazemos um debate nos bairros da cidade, dentro do diretório, com as alternativas que temos, para ver qual é o candidato que tem a melhor proposta para administrar esta cidade.

Por isso que eu creio, sr. presidente, que o exemplo que tivemos em 1985 foi positivo, em que antes de o PMDB escolher o seu candidato nós já discutíamos os problemas de Florianópolis.

Espero que aqui em Florianópolis o PMDB deixe exemplo de democracia interna, discutindo os grandes problemas da cidade entre os candidatos que estão colocados para pleitear uma vaga como candidato a prefeito pelo PMDB.

Quero também, sr. presidente, dizer - e temos aqui a deputada Angela Albino que pleiteia uma vaga e, provavelmente, vai ser candidata pelo PSDB com boas oportunidades de ser prefeita, assim como também temos o deputado César Souza Júnior - que

nós precisamos discutir... E vou reafirmar aqui que, lamentavelmente, esta Casa aprovou a criação da Região Metropolitana da Grande Florianópolis e até hoje não houve um decreto do governador do estado homologando o seu funcionamento. Hoje, deputado Darci de Matos, assim como Joinville também, que já é uma grande metrópole, há problemas para se resolver somente no município, e é preciso envolver a região do município, e muito mais Florianópolis porque, hoje, São José, Palhoça, Biguaçu e Florianópolis são quatro municípios que se confundem física e geograficamente, além da questão de problemas que somente se resolve integrando esses municípios no projeto de região metropolitana.

O prefeito Ronério Heiderscheidt tem discutido muito a questão do transporte marítimo em Palhoça, mas não teremos transporte marítimo nesta cidade, e deveríamos usá-lo enquanto não tivermos a região metropolitana, porque se o barco, se a lancha sai de Palhoça, lá da Ponte de Imaruí, ela precisa atracar em Florianópolis. Então, temos que ter estrutura nesta cidade.

Caso o prefeito de Florianópolis, Dário Berger, disser que não vai melhorar a estrutura para receber barcos vindos de Palhoça, não haverá transporte marítimo.

Quem tem que coordenar esse processo? A Região Metropolitana da Grande Florianópolis tem que coordenar esse processo que deverá envolver o prefeito de São José, o prefeito de Biguaçu e o prefeito de Palhoça, num projeto integrado.

E assim funcionará também a respeito, deputado Darci de Matos, da questão do saneamento básico, eis que as águas que banham a ilha de Santa Catarina são as mesmas que banham a costa de Biguaçu, a Palhoça e a cidade de São José. Quer dizer, não adianta resolver o problema de esgoto desta cidade, se não for resolvido o problema de Palhoça e da Enseada de Brito, porque quando der um vento sul forte jogará toda a sujeira para cá e vice-versa.

Temos que resolver essa questão integrada dos planos diretores das nossas cidades,

principalmente das quatro cidades, que não podem mais ser discutidos isoladamente. Não podemos ter um plano diretor apenas para Florianópolis; temos que ter um plano diretor integrado com Palhoça, Biguaçu e São José. De outra forma, como resolveremos a questão de emprego nesta cidade? E refiro-me apenas ao turismo, que é uma mola mestra que resolve muitos problemas aqui, mas precisamos de área industrial para termos indústrias na Grande Florianópolis.

Florianópolis, a ilha de Santa Catarina, não comporta indústria pesada pela questão ambiental, pela sua fragilidade ambiental. Aonde vamos ter essas indústrias? Em São José, Palhoça ou Biguaçu? Então, precisamos discutir essa questão do futuro de região da Grande Florianópolis de uma maneira integrada.

Por isso, sr. presidente, esses debates deveriam ocorrer a partir de agora principalmente, e não vou aqui meter a minha colher nos partidos que têm as suas candidaturas definidas, mas dentro do PMDB. Precisamos discutir essas questões entre os nossos candidatos.

Eu falei em duas candidaturas, mas temos uma terceira candidatura, com viabilidade eleitoral. Temos o sr. Rodolfo Pinto da Luz, ex-reitor, que foi o vereador mais bem votado desta cidade e não se consagrou porque o seu partido, à época, não teve legenda. Ele foi também secretário do prefeito Dário Berger e faz um grande trabalho na secretaria da Educação. Seria uma boa alternativa para agregar forças suprapartidárias nesta cidade.

O PMDB tem uma série de alternativas para viabilizar o seu quadro eleitoral na capital dos catarinenses. Agora, não podemos ficar presos a uma candidatura. E às vezes ocorre de o candidato não ter viabilidade eleitoral e ficar insistindo que deve ser o candidato, situação que não demonstra lealdade com as necessidades do partido. Eu acho que temos que pensar na cidade, em primeiro lugar, depois na viabilidade eleitoral do partido e não em projetos pessoais.

Por isso, sr. presidente, srs. deputados, esperamos que durante este ano, deputado Romildo

Titon, v.exa. que é presidente da comissão de Justiça e prestou um grande esforço e contribuição para aprovarmos a Região Metropolitana de Florianópolis, saia do papel esse projeto.

Precisamos ter uma coordenação da Região Metropolitana de Florianópolis, porque aprovamos uma lei e criamos uma expectativa danada. Temos problemas comuns para resolver na Grande Florianópolis, podemos buscar recursos no governo federal onde existem programas para grandes aglomerados urbanos, e não apenas para a capital, para resolver problemas integrados.

Há recursos, inclusive em nível internacional, e ainda não oficializamos a região metropolitana! E não estou pedindo aqui, deputado Darci de Matos, para criarmos uma estrutura administrativa que gere mais emprego público. Não é isso! Acho que a região metropolitana poderia ficar vinculada à secretaria de Planejamento do governo do estado, à Casa Civil, porque houve uma grande confusão, quando se fez a reforma administrativa aqui nesta Casa, no primeiro governo de Luiz Henrique, entre secretaria regional e região metropolitana.

As secretarias regionais, a nossa secretaria Regional coordenada pelo secretário deputado Renato Hinnig, não substituem a região metropolitana. A secretaria regional é um órgão meramente administrativo que substitui o Executivo no trabalho de realização de obras e de discussão de problemas na região da Grande Florianópolis, mas a região metropolitana é um instrumento institucional reconhecido pela legislação federal para integrar os municípios que compõem a região da Grande Florianópolis.

Por isso, sr. presidente, gostaria de deixar registrada a minha posição nesta Casa sobre esse assunto e fazer aqui um cumprimento ao presidente do meu partido, Celso Sandrini, que reconheceu que não podemos ficar somente com um candidato e procurou duas candidaturas, a do Vinicius Lummertz e a do José Carlos Rauen, que é o presidente do IpuF, dizendo também que o partido está aberto para discutir outras alternativas e viabilizar o PMDB na capital dos catarinenses.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) -
Muito obrigado, deputado Edison Andrino.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD, por até 14 minutos.

Com a palavra o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital. Desejo fazer menção a dois assuntos neste tempo do Partido PSD.

Eu inicio, sr. presidente, falando com otimismo da possibilidade, deputado Neodi Saretta, de o governo Raimundo Colombo, conforme compromisso assumido pelo procurador-geral do estado e pelo secretário da Fazenda, dr. Nelson Serpa, na última reunião que fizemos há alguns dias, com a presença de alguns deputados, que foi agendada pelo deputado Reno Caramori, em mandar para esta Casa uma proposta de emenda constitucional, uma PEC, para que possamos, deputado Edison Andrino, criar condições jurídicas adequadas para que as corporações de bombeiros voluntários de nosso estado possam continuar atuando após terem firmado convênios com as prefeituras, que são as instituições que têm o poder de deliberação, deputado Neodi Saretta, no caso de edificações.

No caso de Joinville, deputado Nilson Gonçalves, já o fazem há 120 anos; em Concórdia, talvez há 30; em Caçador, há 20 anos, enfim, essas corporações de voluntariado, que existem em nosso estado, em nosso país e em grande parte dos demais países, são corporações voluntárias que foram criadas, num dado momento, como no caso de Joinville, em que não tínhamos corporações militares.

Portanto, não temos nada contra ninguém! E quero aqui enaltecer e reconhecer o excepcional trabalho dos bombeiros voluntários, dos bombeiros militares e dos bombeiros comunitários, mas não

podemos permitir essa divergência, esse conflito absurdo, desnecessário, das três corporações.

Queremos que os bombeiros militares continuem atuando, deputado Nilson Gonçalves, e quem sabe instalem-se naqueles 170 municípios do estado que não possuem nenhum tipo de bombeiro. Queremos que os bombeiros comunitários continuem prestando o seu serviço à comunidade, mas não vamos permitir, deputado Neodi Saretta, que os bombeiros voluntários que atuam há mais de 100 anos neste estado fechem suas portas. Isso não, sr. presidente, deputado Moacir Sopelsa, porque a maior cidade de Santa Catarina foi edificada, construída, com a vistoria feita pelos técnicos dos bombeiros voluntários, conveniados com a prefeitura municipal. Isso é fato! E contra fatos não há argumentos.

Assim, queremos manter as três corporações, mas não podemos permitir que se instalem em Concórdia, deputado Moacir Sopelsa, deputado Neodi Saretta, onde já existe uma corporação de bombeiros voluntários, ou lá na sua terra, deputado Nilson Gonçalves, em São Francisco do Sul, ou ainda na Barra Velha. É uma irracionalidade! É um absurdo! É uma besteira! É desnecessário!

Nós estamos otimistas. Estamos aguardando ansiosamente que o governo do estado decida enviar essa PEC para este Parlamento para que possamos definitivamente aprovar e manter as três corporações atuando, como já fazem há muitos anos, no estado de Santa Catarina. É só isso que queremos!

O Sr. Deputado Neodi Saretta - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Deputado Darci de Matos, o seu discurso é brilhante, e nesse mesmo sentido têm sido levantados os discursos pelos diversos parlamentares dos quais fazemos parte também.

Ontem, falei sobre esse assunto na tribuna, e até parece que combinamos essa fala, mas v.exa. fez a sua e eu fiz a minha, no sentido de

defendermos os bombeiros militares que fazem um trabalho importante onde estão instalados. Da mesma forma os comunitários, mas devemos deixar os voluntários onde eles já estão instalados. O bombeiro voluntário da hora, aquele que está sendo agora mais atacado é o de Concórdia. Há inclusive uma comoção popular na cidade no sentido de que se permita a continuidade de seu trabalho.

Então, é importante que o governo mande essa PEC, deputado Darci de Matos, na redação que julgar importante, caso contrário, nós, deputados, temos também uma PEC tramitando nesta Casa, em outros tempos tramitaram outras emendas. Agora, recentemente, tramitou uma emenda articulada por nós, deputado Reno Caramori, deputado Moacir Sopelsa, que são apoiadores, deputado Nilson Gonçalves e outros. E podemos juntar todas as emendas ou fazer uma com nova redação, com amplo acordo, pois não se trata de ser ou não autor, porque percebemos que há uma ampla maioria de deputados que defendem o bombeiro voluntário, apesar de não ser unânime, sabemos também isso.

Então, acho que isso tem que ser resolvido de uma vez por todas. O melhor seria que o governo mandasse uma redação que julgue razoável, podemos até, se for o caso, aperfeiçoá-la, mas o que precisamos é decidir o quanto antes.

Parabéns pelo seu pronunciamento.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Deputado Darci de Matos, é oportuno que v.exa. relate da tribuna o tempo que brigamos e lutamos para manter essa condição do Corpo de Bombeiros Voluntários de Santa Catarina. Aliás, tenho um problema muito sério com essa categoria, porque muitos não gostam de mim por conta da votação que houve aqui, quando da criação dos bombeiros militares, pois dos 40 deputados fui o único que me abstive, não votei a favor.

Desde então tenho lutado pela manutenção ou pela sobrevivência dos bombeiros voluntários em Santa Catarina, tanto que tenho direcionado,

através do governo do estado, verbas para a sua manutenção, especialmente da nossa região. Esta semana estarei em Itapoá para tentar colaborar com os bombeiros voluntários, que de alguma forma tentam buscar a manutenção mínima necessária para a continuidade dos seus trabalhos.

Aliás, deputado Darci de Matos, com 10% do que se gasta com essa estrutura que foi criada teríamos outra estrutura quase igual a dos bombeiros militares de Santa Catarina. Essa é a grande verdade! De qualquer maneira, o que queremos, já que foi criada outra estrutura, é o respeito e a valorização desses profissionais. Não podemos admitir essa briga enorme que existe entre bombeiros militares e bombeiros voluntários. Aonde tem o militar querem acabar com o voluntário, e vice-versa. Precisamos dessa PEC o mais rápido possível, para que os bombeiros voluntários tenham condições também de exercer o seu trabalho, de executar as suas funções, tanto quanto os demais, para que os bombeiros voluntários sejam mais uma vez valorizados em Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Obrigado, deputado Nilson Gonçalves.

Apenas para encerrar esse assunto quero fazer duas reflexões. Em primeiro lugar, no caso de Joinville, deputados Padre Pedro Baldissera e Ismael dos Santos, há 120 anos não tínhamos bombeiros militares em Santa Catarina, e a comunidade, espontaneamente, deputado Padre Pedro Baldissera, organizou-se e criou essa categoria com as suas forças, com os seus recursos, dando um exemplo de voluntariado para Santa Catarina. Mas, agora, passem senhores, presidente Gelson Merisio, os bombeiros voluntários, algumas corporações do estado, respondem a processos na Justiça. Enfim, estamos incentivando o voluntariado, a organização espontânea da comunidade, a força da comunidade ou estamos impedindo que a comunidade ajude o poder público a resolver os seus problemas?

Acho que o viés é o contrário. Nós temos que fazer parcerias com a comunidade, com as forças comunitárias, com as instituições do terceiro setor, mas isso não está acontecendo.

Concluo dizendo que Joinville é a capital estadual do voluntariado. Santa Catarina é o estado do voluntariado da federação e uma das iniciativas que se continuam em ícone de exemplo, sem dúvida alguma, do Corpo de Bombeiros Voluntários de Santa Catarina.

Portanto, encerro esse assunto dizendo que defendemos o Corpo de Bombeiros Voluntários e o Corpo de Bombeiros Militares de Santa Catarina, mas entendemos que cada corporação poderá cumprir as suas tarefas naqueles municípios que ainda há carência de bombeiros.

Encerro, sr. presidente, falando sobre a presença do governador Raimundo Colombo em Joinville no mês de janeiro, deputado Nilson Gonçalves, no momento em que ele assinou a liberação de um empréstimo no valor de R\$ 40 milhões, deputada Ana Paula Lima, um ato sem precedentes na história do estado. O governo do estado emprestou esse dinheiro do BNDES e repassa em forma de obras para o município de Joinville. É um dinheiro a fundo perdido, que não veio do caixa da prefeitura. São recursos de fundamental importância para que possamos melhorar a mobilidade urbana da nossa cidade. Inclusive, as obras já começaram. Serão construídos o binário da Vila Nova, uma obra esperada há muitos anos, o alargamento e levantamento para a contenção de enchentes na rua Minas Gerais, que vai atender ao bairro do Morro do Meio, a av. Almirante Jaceguay, que liga a rua Blumenau à BR-101, e mais de 50 KM de asfalto em Joinville.

O governo do estado, Raimundo Colombo, assinou esse financiamento estabelecendo mais uma parceria com o prefeito municipal Carlito Merss, com a prefeitura, que é dirigida pelo PT, prova de que o nosso governo não tem olhado bandeira política, ideologias, mas, sim, as necessidades da nossa comunidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos

Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima, por até onze minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, o assunto que iremos abordar, hoje, nesta tribuna, no horário do Partido dos Trabalhadores, deputada Dirce Heiderscheidt, é sobre adoção, campanha da qual a Assembleia Legislativa, o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, o Ministério Público, a Ordem dos Advogados do Brasil e principalmente esta Casa participaram em 2011, no ano passado, campanha Adoção, Laços de Amor.

Adotar para mim, realmente, é receber outra pessoa na sua família. Adotar é, realmente, um amor recíproco tanto para homens e mulheres que desejam ser pais e mães quanto para uma criança ou um adolescente que é adotado. Porque sempre costumo dizer que é muito mais gratificante para o homem e a mulher que quer ser pai ou mãe do que para uma criança. Realmente é um amor dedicado, um amor recíproco entre pais e filhos.

(Passa a ler.)

"A palavra adoção no nosso *Dicionário Aurélio* significa - e as palavras às vezes são muito frias para decifrar o que é adotar -, aceitação voluntária e legal de uma criança como um filho. Isso está presente no nosso mandato como deputada e também na minha vida familiar.

Ao longo de 2011 participamos de diversas reuniões comandadas pela deputada Dirceu Heiderscheidt em diversos cantinhos do estado e em diversos municípios com audiências públicas que, certamente, a deputada me falou que vai fazer um relato e destacar os números de adoções, principalmente as tardias que ocorreram em 2011 e que cada criança que saiu de uma casa de acolhimento, realmente, é um número significativo.

A campanha Laços de Amor da Assembleia Legislativa em parceria com outras instituições deram um significado a esse tema, que parou de ser

preconceituoso e hoje já é discutido em diversos lugares e, principalmente, nos ambientes escolares que era parte que queríamos atingir e isso já está sendo um tema discutido por diversas pessoas.

Foi, realmente, um trabalho envolvente, mas, também, srs. parlamentares, um trabalho inquietante, porque a realidade é muito dura para as crianças e os adolescentes, e falo especificamente do estado de Santa Catarina. A realidade é muito dura para essas crianças que ainda continuam nas casas de acolhimento por diversas razões que aguardam uma oportunidade de um dia serem adotadas e, conseqüentemente, completar a sua infância num verdadeiro lar. Falo isso, porque juntamente com a deputada e outros parlamentares nós vivenciamos isso no nosso dia-a-dia.

A primeira preocupação ao desenvolvermos essa campanha com um tema delicado como a adoção, é mexer, e acho que isso foi conseguido na campanha Adoção Laços e Amor, com a sensibilidade das pessoas, com o objetivo de despertar uma postura amorosa para com a nossa infância.

Através do olhar solidário e consciente, é possível superar preconceitos, quebrar paradigmas e despertar na sociedade o interesse por esse fato relevante: há centenas de crianças e adolescentes, aqui no nosso estado, Santa Catarina, vivendo em casas de acolhimento, à espera, deputada Dirce Heiderscheidt, de um dia participarem do convívio familiar.

Cada vez que entramos em uma casa de acolhimento, em qualquer região do nosso estado, é uma experiência repleta de significados, difícil aqui de ser traduzidas em palavras. No meu gabinete recebo e estou recebendo diversas cartinhas redigidas por essas crianças, relatando o sonho de terem uma família, um lar, de recomeçar a sua vida e isso nos emociona muito.

Atrás do olhar de cada criança ou adolescente, que está ali, há uma história, que geralmente é de dor, de maus tratos, de rejeição e uma história lamentavelmente ainda de muita violência. Tal quadro nos impõe, enquanto

sociedade, a obrigação de termos um olhar efetivamente atento e responsável quanto ao futuro das nossas crianças e adolescentes no estado de Santa Catarina.

Por quais motivos elas já nascem marcadas para sofrerem tanto? Porque isso acontece com as nossas crianças, privadas do direito de terem um lar? O que aconteceu com essas famílias que não puderam sustentar os seus filhos? E qual será o seu destino dessas crianças e adolescentes que ainda não conseguiram ter um pai e uma mãe? O que acontecerá no futuro? É impossível termos respostas para tantos questionamentos?

Por isso, este Parlamento está fazendo a sua parte, está fazendo a campanha de conscientização e, principalmente, de vencer as barreiras, de vencer os preconceitos e de quebrar paradigmas. Mas sim, nós podemos mudar essa realidade, fazendo o que compete a cada um de nós. Primeiro, não podemos fechar os olhos para a situação dessas crianças e adolescentes do nosso estado.

Neste sentido, uma das constatações que tivemos ao longo do ano passado, é que a Justiça, deputada Dirce Heiderscheidt e deputado Dado Cherem, deve fazer a sua parte, que é investir mais na capacitação desses profissionais. E, principalmente, mais profissionais para atender as crianças e os adolescentes e os futuros pais que querem adotar uma criança e adolescente.

Cada vez mais precisamos agilizar os processos de adoção, evitando frustrar as famílias que estão aptas para adotar. Ainda é muito demorado, v.exa. tem consciência disso e vivemos discutindo isso aqui, deputada Dirce Heiderscheidt. Afinal, cada dia que passa, é muito tempo para quem espera por uma família. E é de vidas que estamos falando. Estamos falando de pessoas indefesas que, por motivos inimagináveis, não tiveram oportunidade que outras crianças tiveram, de crescer com amor, com acesso à educação, ao convívio com os pais, familiares; com acesso ao lazer, às brincadeiras inocentes de criança, pessoas com uma história feliz para contar e com esperança no futuro.

Pois é, sras. e srs. parlamentares, não podemos, não temos o direito de fechar os olhos para uma realidade, existe o outro lado, outra realidade, que é sofrida e muitas vezes sem esperança. Falo por experiência própria e compreendendo cada vez mais, a importância da consciência do ato da adoção e do amor incondicional de uma mãe e de um pai que adotam um filho, uma filha, ajudando esse ser a mudar a sua história e dando-lhe a oportunidade de transformar o que poderia ser o seu destino: viver numa casa de acolhimento até a maioridade e dali sair para a vida, sem ter vivido a experiência de uma convivência familiar, essas crianças não podem ficar nesses lugares.

Dar amor, dar segurança e perspectiva de futuro é uma responsabilidade cotidiana de quem adota. Mas não podemos esquecer também de exigir das instituições cada vez mais, para o preparo e estrutura para mudar essa realidade de nossas crianças e adolescentes.

Para finalizar, divido com vocês uma reflexão de uma professora da Universidade Federal do Paraná, autora de livros como *Filhos da Solidão: Institucionalização, Abandono e Adoção* e *Laços de Ternura: Pesquisas e Histórias de Adoção*.

Ela diz o seguinte:

'Cada abrigo que tenho visitado ou ouvido dados têm cerca de 5% a 10% de crianças disponíveis para adoção'".

O mesmo percentual, deputada Dirce Heiderscheidt, de 20 anos, 5% a 10% estão tendo crianças aptas para serem adotadas.

E nessa pesquisa que gerou o livro *Filhos da Solidão*, antes se falava de todas as crianças, agora fica esse discurso irritante de que existem apenas quatro mil e os adotantes é que são muito exigentes, só querem crianças brancas.

Por isso, senhoras e senhores, reafirmo a necessidade da atenção do estado a esse tema, de investimento da estrutura do Judiciário física e humana, da estrutura física e humana das instituições, para que o tema adoção seja tratado como deve. Falamos tanto em segurança pública, em

punições, mas precisamos pensar na origem desses problemas, cuidar da criança e do adolescente hoje, é cuidar do futuro.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos partidos políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Joares Ponticelli, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham através da TVAL, da Rádio Alesc Digital, quero saudar todos os colegas, desejar bom retorno e bom trabalho neste ano, deputado Aldo Schneider, um ano atípico, um ano diferente, um ano, deputado Padre Pedro Baldissera, em que vamos ter que concentrar mais as nossas atividades no primeiro semestre em função da eleição.

Não há como negar que as eleições acabam por mudar o ritmo dos trabalhos na Assembleia Legislativa. E continuo deputado Romildo Titon, esperando do Congresso Nacional a tal propalada e prometida de cada eleição, que é a reforma política.

Estou na Casa há 13 anos de mandato, indo para 14, e escuto em cada campanha a prioridade de todos os candidatos, tanto para federal quanto para senador, todos, sem exceção, de todos os partidos, que a primeira ação deles se forem eleitos será trabalhar pela reforma político-partidária, e até hoje isso não foi feito.

Essa falta de vontade do Congresso Nacional é desanimadora, porque eleição de dois em dois anos ninguém aguenta mais. A realidade é que o Brasil para de dois em dois anos.

Estamos agora nessa corrida toda, deputado Antônio Aguiar. Nós que representamos municípios, regiões e projetos municipais, estamos nessa corrida toda, porque o Poder Executivo tem até o mês de abril para formalizar os convênios, tem que ter a primeira medição até junho, ou seja, o ano

de doze meses é reduzido a quatro, deputado Edison Andrino. O poder público para, fica engessado, não acontece, e aí a resposta que a sociedade precisa acaba não acontecendo. E não consigo compreender o porquê dessa dificuldade, o porquê desse desinteresse de todos. É um desinteresse amplo, geral e irrestrito de promover a reforma política, de unificar as eleições.

Temos hoje o melhor sistema de votação eletrônica, que é exemplo para o mundo! Dá para votar, sim, de vereador a presidente da República numa só eleição, para começar e terminar os mandatos juntos, para não haver quebra de solução de continuidade nos projetos e para diminuir o custo, deputada Angela Albino.

Li agora na revista *Isto É*, no mês de janeiro, se não me engano, da segunda semana, e fiquei assustado, de que o custo das eleições municipais vai ultrapassar a casa de R\$ 6 bilhões! Eu não tinha noção de que era tudo isso, até porque se falava que o custo de uma eleição era R\$ 1 bilhão, ou seja, o custo operacional, mas R\$ 6 bilhões é o preço de três duplicações da BR-101. Isso para operacionalizar uma eleição, e aí de dois em dois anos tem que fazer tudo de novo. E tudo para, ficamos engessados, não podemos fazer isso, não podemos fazer aquilo em ano de eleição.

Então, esse é um dos temas que temos que debater muito, porque estamos começando a sentir dificuldade de fazer nosso trabalho em função do calendário do ano eleitoral. E infelizmente o Congresso não faz aquilo que todos esperamos. E não há um partido político que se salve, deputada Angela Albino. Porque antes de chegar lá ocorre uma amnésia coletiva do compromisso assumido pelo eleitor, e não acontece nada. Onde está o nó disso ninguém sabe. O fato é que se fala, fala, fala e não acontece essa reforma que todos nós suprapartidariamente, a sociedade, esperamos há muito tempo. Mas vamos debater bastante sobre isso.

Apresentei, e é sobre isso que quero falar, em 01 de fevereiro, um projeto de lei, que não é de minha autoria, é cópia de uma lei do Rio de

Janeiro, sancionada pelo governador Sérgio Cabral, no dia 12 de janeiro, porque acho que projeto de lei bom tem que ser copiado e não tenho nenhum constrangimento de trazer para cá um debate que deu certo em outros estados. E espero que possamos regulamentar também o meu projeto, que é no sentido de buscar uma regulamentação para os sites de vendas coletivas.

Em 2011, as reclamações, deputado Ismael dos Santos, de compradores que foram lesados nesses sites de compras saltaram de sete mil reclamações em 2010 para quase 50 mil em 2011. O número de reclamações cresceu seis vezes. Os sites oferecem o produto, fazem uma bela propaganda, só que não têm endereço físico, não têm telefone gratuito, só o endereço eletrônico.

Quando o produto vem, às vezes é muito diferente daquele que foi anunciado. Então, o comprador tenta devolver, falar, tenta obter explicações, ou tenta até recolher informações do site para entrar na Justiça. Mas aí aquela propaganda já não existe mais.

Vou voltar a falar sobre esse assunto, mas o que pretendemos é obrigar esses sites a fornecerem o endereço físico, rua, número, bairro, município, enfim, localidade, manter um telefone gratuito para reclamações, porque a reclamação eletrônica geralmente não tem resposta; tem que especificar e manter ali durante um período a quantidade, o detalhamento sobre o produto, no mínimo num prazo de 90 dias superior à última compra, para que eventualmente o comprador lesado possa ter ali os instrumentos da propaganda enganosa para poder buscar a reparação.

Acho que é um projeto que precisaremos debater de forma acelerada. E dentre outras, esta é uma contribuição que trago neste ano de 2012, ao tempo em que desejo...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Passaremos à Ordem do Dia.

Srs. deputados, os vetos, a pedido dos srs. deputados proponentes, com a concordância dos srs. líderes, foram retirados de pauta, transportados para a próxima semana.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0136/2011, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que declara de utilidade pública a Entre Cães e Gatos - Associação Protetora de Cães e Gatos -, de Indaiatã.

Ao projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Trabalho, de Administração e de Serviços Públicos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0200/2011, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado, que dispõe sobre a multa prevista no art. 32, II, da Lei Federal n. 8.935, de 1994 (serviços notariais e de registro - Lei dos Cartórios).

Ao projeto foram apresentadas emendas modificativa e aditiva.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Finanças e Tributação; de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0291/2011, de autoria do deputado Joares Ponticelli, que declara de utilidade pública a

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Sangão.

Ao projeto foi acrescentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Trabalho, de Administração e de Serviços Públicos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0479/2011, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que altera a Lei n. 10.700 de 1998, que declara de utilidade pública o Instituto Catarinense de Reabilitação do Potencial Humano, de Joinville.

Conta com parecer favorável da comissão de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único dos seguintes projetos de lei:

Projeto de Lei n. 0483/2011, de autoria do deputado Dado Cherem, que declara de utilidade pública o Clube de Veículos Antigos de Balneário Camboriú e Itajaí, de Balneário Camboriú.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça; de Trabalho, de Administração e de Serviços Públicos.

Projeto de Lei n. 0519/2011, de autoria do deputado Pedro Baldissera, que declara de utilidade pública a Associação Comunitária de Linha Catelo Branco, de Paraíso.

Ao projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça; de Trabalho, de Administração e de Serviços Públicos.

Projeto de Lei n. 0526/2011, de autoria do deputado Sílvio Dreveck, que declara de utilidade pública a Companhia Zero, de Florianópolis.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça; de Trabalho, de Administração e de Serviços Públicos.

Projeto de Lei n. 0529/2011, de autoria do deputado Edison Andrino, que declara de utilidade pública a Fundação Hospitalar Oncológica Pediátrica de Santa Catarina - FHOPSC, no município de São José.

Ao projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça; de Trabalho, de Administração e de Serviços Públicos.

Projeto de Lei n. 0530/2011, de autoria da deputada Professora Odete de Jesus, que declara de utilidade pública a Associação Deus Está Aqui, com sede no município de Içara.

Ao projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Trabalho, de Administração e de Serviços Públicos.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0538/2011, de autoria de deputada Dirce Heiderscheidt, que declara de utilidade pública o Grupo da Terceira Idade Verdes Colinas, de Rancho Queimado.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça; de Trabalho, de Administração e de Serviços Públicos.

Consulto os srs. líderes para votarmos em bloco.

(Os srs. líderes aquiescem.)

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem os queira discutir, encerramos as suas discussões.

Em votação.

Os srs. deputados que os aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovados.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0030/2011, de autoria do deputado Gelson Merisio, que altera dispositivo da Lei Complementar n. 495, de 2010, que institui as Regiões Metropolitanas de Florianópolis, do Vale do Itajaí, do Alto Vale do Itajaí, do Norte/Nordeste Catarinense, de Lages, da Foz do Rio Itajaí, Carbonífera, de Tubarão e de Chapecó.

Dentro deste projeto foi apensado o PLC n. 0031/2011.

Ao projeto foi apresentada emenda substitutiva global e subemenda.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Não vamos votar o projeto porque há uma emenda em plenário, de autoria do deputado Maurício Eskudlark, nesse sentido. Assim, regimentalmente, o projeto retorna para a comissão. Ele será deliberado pela comissão de Constituição e Justiça e retornará ao Plenário.

Está retirado de pauta o Projeto de Lei Complementar n. 0030/2011.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0033/2011, de autoria do deputado Jailson Lima, que dispõe sobre a aplicação de multa aos proprietários de cães que causarem lesões às pessoas nas vias públicas.

Ao projeto foi apresentada emenda substitutiva global e subemenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia; de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0062/2011, do deputado Gelson Merisio, que obriga os fornecedores de bens e serviços localizados no estado a fixar data e turno para a entrega dos produtos ou realização dos serviços aos consumidores e estabelece outras providências.

Ao projeto foram apresentadas emendas modificativa e aditiva.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia; de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e a Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0199/2011, de autoria do deputado Gilmar Knaesel, que altera o art. 1º da Lei n. 15.450, de 2011 (denomina rodovia).

Ao projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Há um pedido do deputado Neodi Saretta para que seja retirado de pauta.

Como não está presente o deputado Gilmar Knaesel, esta Presidência retira de pauta o projeto e reencaminhará na próxima sessão, havendo nesse meio tempo o entendimento entre os dois parlamentares.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0260/2011, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, que altera dispositivos da Lei n. 5.684, de 1980, que dispõe sobre o serviço público de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0317/2011, do deputado Darci de Matos, que denomina Vereador José de Borba a travessia marítima entre a Praia da Vigorelli e a Vila da Glória, localizada entre os municípios de Joinville e São Francisco do Sul.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0346/2011, de autoria do deputado Carlos Chiodini, que cria o Programa Estadual de Preservação do Patrimônio Histórico de Santa Catarina.

Ao projeto foi acrescentada emenda aditiva.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Finanças e Tributação; de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0425/2011, de autoria do deputado Elizeu Mattos, que denomina Professor Walmor Carlin do Prado o ginásio de esportes anexo à E.E.B. Santa Terezinha, da rede pública estadual, situada à Rua Francisco Ribeiro Silva, no município de Lebon Regis.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0427/2011, de autoria da deputada Luciana Carminatti, que altera dispositivos da Lei n. 13.848, que autoriza a instituição da Política Estadual do Livro.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0439/2011, de autoria do deputado Elizeu Mattos, que denomina Cesar

Martorano o trecho de São Joaquim à divisa de SC/RS da rodovia estadual SC-430.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Transporte e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0440/2011, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que institui o Dia Nacional da Liberdade de Imprensa.

Conta com o parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0443/2011, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que regula a venda de produtos e serviços através de *telemarketing* no estado de Santa Catarina.

Conta com o parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0507/2011, de autoria do deputado Neodi Saretta, que institui o dia 13 de maio como Dia do Antigomobilista.

Conta com o parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, há em Santa Catarina e no Brasil diversas associações de carros antigos, que fazem, além da preservação, trabalhos sociais e comunitários. Esse dia seria exatamente destinado ao antigomobilista, por uma sugestão deles. Muitos municípios já o têm, e estamos propondo também estabelecer um dia estadual.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Desculpe-me pela ignorância, desconhecia esse fato. Está registrado. Aprendemos algo mais.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado em primeiro turno.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0536/2011, de autoria do deputado José Milton Scheffer, que denomina Rodovia Prefeito João Luiz da Silva o trecho da rodovia SC-450 compreendido entre a BR-101 e Passo de Torres.

Conta com o parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s 0011/2012, 0012/2012 e 0015/2012, de autoria do deputado Mauro de Nadal; 0013/2012, de autoria do deputado Reno Caramori; 0014/2012, de autoria do deputado José Nei Ascari; 0016/2012 e 0017/2012, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0018/2012 e 0020/2012, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0019/2012, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera e 0021/2012, de autoria do deputado Maurício Eskudlark, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Também comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0029/2012, 0030/2012, 0031/2012 e 0032/2012, de autoria do deputado Mauro de Nadal; 0033/2012 e 0034/2012, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0035/2012, 0036/2012, 0037/2012, 0038/2012, 0039/2012, 0040/2012 e 0041/2012, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0042/2012, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0043/2012, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0044/2012, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0046/2012, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0047/2012, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt; 0048/2012, 0049/2012 e 0050/2012, de autoria do deputado Maurício Eskudlark.

Esta Presidência submete à deliberação do plenário o Requerimento n. 0045/2012, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita ao gerente regional da Oi, de Florianópolis, melhorias na qualidade dos serviços de banda larga prestados por essa empresa no município de São Bento do Sul.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Fim da pauta da Ordem do Dia.

Passamos à Explicação Pessoal.

O primeiro orador inscrito é o deputado Nilson Gonçalves. Como o deputado já fez uso da palavra anteriormente, com a palavra o deputado Edison Andrino, por dez minutos.

Na ausência do deputado, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Ismael dos Santos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados, concedi hoje, pela manhã, uma entrevista à rádio Difusora de Rio do Sul e fui questionado sobre a ação dos deputados estaduais em especial, ao iniciarmos este ano. E o questionamento de um dos jornalistas foi exatamente quanto à proposta de trabalho dos deputados que às vezes se confunde com a do Executivo, deputado Reno Caramori.

Isso é muito natural, o deputado estadual ao percorrer a sua região, o estado, é questionado e cobrado sobre ações do Executivo. E nem sempre ou quase nunca o deputado pode se eximir dessas responsabilidades no que diz respeito às questões que, talvez, do ponto de vista legal, pertençam ao Executivo, porque cabe também ao deputado estar presente mediando com a comunidade catarinense.

Na verdade, todas essas questões passam por aquilo que chamamos de planejamento da vida em sociedade, da vida urbana, do nosso dia-a-dia enquanto cidadão.

Eu escutava, aqui, o Padre Pedro Baldissera falando sobre as questões da estiagem. Tive a oportunidade de percorrer o oeste catarinense na semana passada, deputado Gelson Merisio - Chapecó, Xaxim, Xanxerê -, e pude ver de perto os estragos da estiagem, deputado Maurício Eskudlark, que também conhece muito bem a região.

Nós lamentamos a falta de planejamento, quando vimos aquelas lavouras de milho literalmente torradas pelo sol. Faltou planejamento na questão das cisternas, açudes, poços artesianos, enfim.

Goehte, o grande poeta alemão, já dizia que o plano é tudo. Tudo depende de planejamento.

Mas eu fico feliz porque temos exemplos positivos surgindo no estado de Santa Catarina, deputado Jean Kuhlmann, v.exa. que é de Blumenau e inclusive pré-candidato a prefeito da cidade de Blumenau. Recebi o relatório do Programa do Desenvolvimento Urbano de Blumenau e fiquei feliz porque observo aqui, inclusive como egresso do curso de Administração da Furb, uma iniciativa de planejamento em longo prazo, para 2050.

Com muita satisfação, recebi esta proposta de planejamento - Cidade de Blumenau 2050 - que envolve vários eixos para o crescimento ordenado em curto, médio e longo prazo, estabelecendo e conciliando condições necessárias para o desenvolvimento da cidade.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Ouço o deputado Jean Kuhlmann e depois prossigo com minha linha de raciocínio.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Deputado Ismael dos Santos, quero agradecer a oportunidade. Realmente o seu pronunciamento é muito oportuno. Não é à toa que Blumenau foi considerada pela Firjan a melhor cidade do estado em termos de qualidade de vida; passou da 11ª para a 1ª posição justamente pela questão do planejamento.

Eu quero aqui fazer uma pequena observação em relação a isso, pois muitas pessoas começam a perguntar, deputado Ismael dos Santos: "Como planejar Blumenau para 2050? Eu não quero me preocupar com Blumenau em 2050, mas com Blumenau hoje." Mas somente com a visão de 2050, quando Blumenau terá de 500 a 700 mil habitantes, deputado Ismael dos Santos, vamos saber qual o passo certo a dar hoje. Justamente precisamos ter essa visão de planejar o futuro, de saber o amanhã, o hoje e de saber para onde temos que caminhar.

Por isso, quero parabenizar a iniciativa do município e dizer que nós deputados temos o papel

fundamental de viabilizar os recursos para tornar isso realidade.

Parabéns!

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Obrigado, deputado Jean Kuhlmann. Não há dúvida de que o futuro passa necessariamente pelo planejamento. E 2050, como disse o deputado Jean Kuhlmann, para alguns, talvez seja algo utópico, um tanto quanto distante, mas é logo ali.

Oxalá os nossos antepassados tivessem pensado um pouquinho mais e trabalhado essa questão de planejamento. A proposta para 2050 passa por cinco eixos que são elementares na questão de qualquer cidade, quer das pequenas cidades de Santa Catarina, quer dos grandes centros urbanos: o eixo do uso e ocupação do solo, o sistema de circulação de transporte, pensando inclusive no anel viário periférico das nossas cidades e privilegiando o modal coletivo de qualidade, que é a tendência dos grandes centros urbanos.

Em Blumenau, agora, com a implantação dos corredores exclusivos para ônibus, diminui-se o tempo de embarque de quatro minutos para 40 segundos, graças ao estabelecimento de estações de embarque. Como disse, essa faixa exclusiva para os ônibus urbanos é um grande ganho, é uma grande conquista de qualidade para mais de 200 mil usuários de ônibus urbano na cidade de Blumenau.

Então, o sistema de circulação de transporte é outro eixo de desenvolvimento econômico do turismo e do lazer presente também em todas as cidades, inclusive nos pequenos municípios de Santa Catarina.

Uma questão que diz respeito a todos nós e que temos trabalhado também nesta Casa do ponto de vista legal da habitação e da regularização fundiária é o controle e a ocupação em áreas de risco geológico. Há programas positivos como o programa federal muito bem-vindo em Santa Catarina, em especial na cidade de Blumenau, o programa Minha Casa, Minha Vida. Depois da catástrofe de 2008 houve a entrega de duas mil unidades habitacionais.

Outra questão premente no Brasil, em Santa Catarina e em todos os municípios é o saneamento. Blumenau, por exemplo, com a implantação que está sendo feita do sistema de esgoto, está saltando de 6% para 60% a cobertura de saneamento.

Por tudo isso, sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, quero ratificar aqui o que já dizia quando na minha intervenção em aparte ao deputado Jean Kuhlmann, no início desta sessão: Que ninguém se engane, que nenhum administrador público se iluda.

Como falamos muito, nesta sessão, ao iniciarmos essa caminhada das eleições de 2012 para prefeito e também para vereador, no que diz respeito ao planejamento das cidades, que nenhum administrador público se iluda, porque somente daremos conta das demandas urbanas com determinação, com trabalho e com muito planejamento.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Antes de encerrar esta sessão, queremos agradecer a todos os funcionários que trabalharam no plenário, às taquígrafas, ao pessoal da Polícia que deu segurança a esta Casa, à TVAL que conduziu com muito profissionalismo os trabalhos, às pessoas que deram assessoria à Mesa Diretora.

Quero agradecer a Deus por nos permitir ter mais um dia de vida, de saúde, e aos telespectadores que nos acompanham até o presente momento.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo plenário.

Está encerrada a sessão.

